ÉPOCA BALNEAR 2026

PONTO DE SITUAÇÃO EM OUTUBRO

INFORMAÇÃO AO PÚBLICO

QUALIDADE DAS ÁGUAS BALNEARES

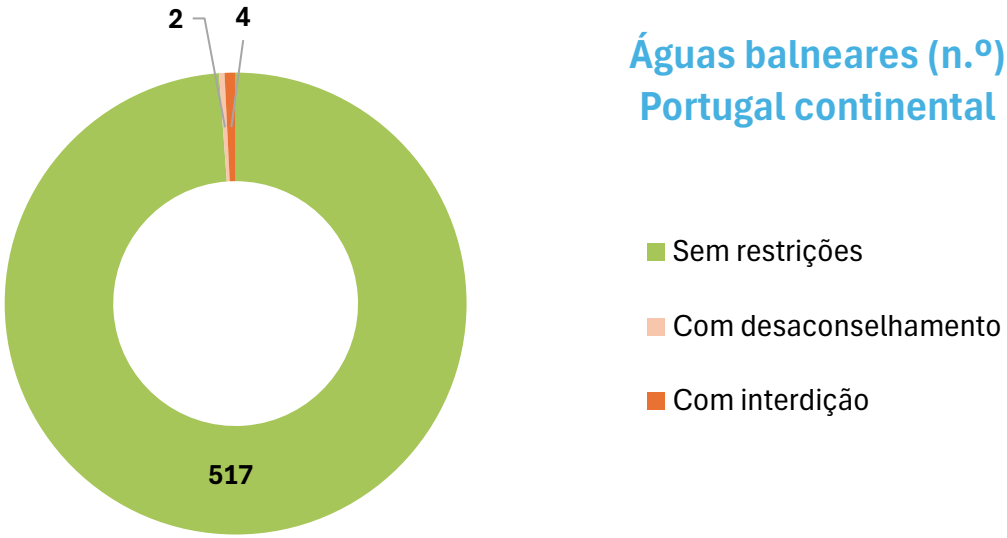
Resumo

Durante o mês de outubro, em seis (6) águas balneares registaram-se seis (6) restrições ao banho.

Águas balneares identificadas

Na época balnear de 2026 foram identificadas **523** águas balneares, em Portugal continental: 364 são costeiras ou de transição e 159 são interiores. Durante este mês, verificou-se que:

- em 517 (98,9%) não se registaram quaisquer restrições ao banho;
- em 2 (0,4%) o banho foi desaconselhado pela Agência Portuguesa do Ambiente;
- em 4 (0,8%) o banho foi interditado pela Autoridade de Saúde;



Restrições ao banho

Desaconselhamentos:

- 1, por contaminação microbiológica pela Agência Portuguesa do Ambiente;
- 1, por precaução pela Agência Portuguesa do Ambiente.

Interdições:

- 2, por contaminação microbiológica pela Autoridade de Saúde;
- 2, por presença de *salmonella* pela Autoridade de Saúde.

Nas tabelas seguintes, detalham-se as restrições ao banho que afetaram as águas balneares e os respetivos parâmetros responsáveis e motivos.

Desaconselhamentos

APA-ARH	Concelho	Água Balnear	Categoria	Data início	Data fim	Parâmetro responsável/motivo
Norte	Gondomar	Lomba	Interior	25-09-2026	06-10-2026	Enterococos intestinais
Tejo e Oeste	Cascais	Carcavelos	Costeira	30-09-2026	08-10-2026	Precaução (obras a decorrer em estação elevatória)

Interdições

APA-ARH	Concelho	Água Balnear	Categoria	Data início	Data fim	Parâmetro responsável/motivo
Centro	Vale de Cambra	Burgães-Rio Caima	Interior	12-08-2026	-	*Salmonella*
Norte	Cabeceiras de Basto	Cavez	Interior	04-09-2026	-	*Salmonella*
Algarve	Albufeira	Oura	Costeira	07-10-2026	08-10-2026	*Escherichia coli*
Algarve	Albufeira	Oura-Leste	Costeira	07-10-2026	08-10-2026	*Escherichia coli*

A prática balnear é desaconselhada nas águas que não estão identificadas como balneares na Portaria n.º 204-A/2026/1, de 30 de abril.

Informação adicional:

Qualidade da água: resultados analíticos disponibilizados no SNIRH

Época balnear 2026

InfoÁgua

Legislação relevante:
Decreto-Lei n.º 135/2009, de 3 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 113/2012, de 23 de maio, que estabelece o regime jurídico de identificação, gestão, monitorização e classificação da qualidade das águas balneares e de prestação de informação ao público sobre as mesmas.

Portaria n.º 204-A/2026/1, de 30 de abril, que procede à identificação das águas balneares, à qualificação das praias de banho e à fixação das respetivas épocas balneares para o ano de 2026.